



IFI estima IPCA de 7,4% em 2022 e teto de gastos de R\$ 1.807,8 bilhões em 2023

Instituição Fiscal Independente atualiza projeções de indicadores macrofiscais e analisa o PLDO para 2023

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulga nesta quarta-feira (13) o relatório de acompanhamento fiscal do mês de julho.

PLDO

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), aprovado ontem (12), fixa meta de déficit primário para o governo central de R\$ 65,9 bilhões para 2023, resultado inferior à projeção atual da IFI, superavit de R\$ 1,4 bilhão.

A diferença, localizada principalmente nas receitas administradas e do RGPS, possivelmente se deve a hipóteses distintas para inflação e outros parâmetros macroeconômicos, além de surpresas positivas na arrecadação de 2022 que ainda não haviam sido consideradas no cenário do PLDO.

Quanto às despesas primárias totais, a diferença entre as projeções da LDO e da IFI para o ano que vem é de apenas R\$ 0,7 bilhão, mas há distinções entre os componentes do gasto. Em pessoal e encargos sociais, por exemplo, os números da IFI são maiores que o do PLDO em R\$ 3,8 bilhões, enquanto, para a soma das despesas discricionárias com outras obrigatórias, nossas projeções são R\$ 10,7 bilhões inferiores às do PLDO.

Teto de gastos para 2023

Atualmente o limite de gastos da União é definido com base no limite do ano anterior corrigido pela inflação observada no ano anterior. As projeções mais recentes indicam que a inflação deve ficar acima do valor projetado no PLDO, o que aumentaria o limite de gastos da União para 2023. A IFI estima o IPCA em 7,4% para 2022, o que faz com que o teto de gastos de 2023 seja de R\$ 1.807,8 bilhões.

Emendas de relator-geral

O texto aprovado pelo plenário do Congresso Nacional retira a previsão de que as emendas de relator-geral também se tornassem impositivas. Além disso, passa a prever, para efeito de transparência, que a indicação de beneficiários abrangerá necessariamente o nome do parlamentar solicitante, ainda quando o seu pleito se fundamentar em demanda que lhe tenha sido apresentada por agentes públicos ou por representantes da sociedade civil.

Cenário macroeconômico

Os cortes recentes nas alíquotas do ICMS, da Cide e do PIS/Cofins (Lei Complementar nº 194/2022) e a PEC dos Auxílios (PEC 1/2022), que aumenta o valor de benefícios sociais e econômicos, especialmente do Auxílio Brasil, podem produzir algum efeito positivo sobre a demanda agregada por meio da ampliação da massa de rendimentos disponível para o consumo.

Por outro lado, o aumento da percepção do risco quanto à sustentabilidade das contas públicas já provocou um deslocamento da curva futura de juros e a ampliação do prêmio de risco-país, e tende a produzir efeitos negativos defasados sobre a atividade econômica. Por isso, a IFI mantém a sua projeção de crescimento do PIB em 2022 em 1,4%, como foi divulgado no relatório de junho, mas reduz para 0,7% a perspectiva de crescimento para 2023.

As projeções para a inflação também foram revisadas. O IPCA de 2022 foi atualizado de 8,6% para 7,4% em 2022, devido ao impacto da isenção da Cide e do PIS/Cofins sobre gasolina e etanol até 31 de dezembro e do estabelecimento de um limite permanente para as alíquotas do ICMS sobre bens essenciais, incluindo combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. No entanto, a expectativa do IPCA para 2023 subiu de 4,2% para 4,8%, em função do efeito da recomposição das alíquotas dos impostos federais a partir de janeiro.

Dívida pública

A IFI estima que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) termine 2022 em 79,4% do PIB. Em junho, a IFI projetava a DBGG em 78,7% do PIB. A diferença se explica pela mudança na expectativa para os juros básicos da economia (Selic) em 2022, que aumentou, e pela revisão para baixo na projeção do IPCA, o que subiu os juros reais esperados para este ano. Para manter a dívida bruta neste patamar, seria necessário um superavit primário de 1,4% do PIB, 1,1 p.p. do PIB maior do que a atual projeção do cenário base (0,3% do PIB).

Risco fiscal

O relatório deste mês também discute alguns aspectos relacionados ao risco fiscal embutido nas recentes ações de política fiscal adotadas pelo governo, de expansão dos gastos primários e renúncias de arrecadação. Combinadas com as alterações promovidas na regra do teto de gasto ao final de 2021, as medidas impactam negativamente o resultado primário de 2022 em R\$ 165,98 bilhões.

Relatório de Acompanhamento Fiscal

Produzido mensalmente pela IFI, o RAF traz avaliações conjunturais sobre a macroeconomia e a conjuntura fiscal. Duas vezes por ano, nos meses de maio e novembro, o RAF apresenta também uma ampla revisão do cenário fiscal para dez anos à frente. Sem prejuízo dessas revisões, com foco no médio prazo, a partir de junho deste ano, passamos a atualizar mensalmente as projeções como forma de

captar de forma mais tempestiva as dinâmicas de curto prazo das variáveis econômicas. Acesse-o em <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>.

Serviço:

Instituição Fiscal Independente

Assessoria de Comunicação – Carla Caldas

www12.senado.leg.br/ifi | ifi@senado.leg.br

Facebook: <https://www.facebook.com/INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE>

Instagram: <https://www.instagram.com/ifibrasil>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/26273345>

Twitter: <https://twitter.com/IFIBrasil>